

EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS: MOBILIZAÇÕES KALANKÓ NO ALTO SERTÃO ALAGOANO



EXPERIENCES AND NARRATIVES:
KALANKÓ MOBILIZATIONS IN THE ALTO SERTÃO
ALAGOANO

Vinícius Alves de Mendonça¹

Pedro Abelardo de Santana²

Resumo

Os indígenas Kalankó são um dos grupos étnicos do Alto Sertão Alagoano, estando localizados na zona rural do município de Água Branca, a aproximadamente 300 km da capital Maceió. Sua formação histórica está relacionada a diversas migrações realizadas por indígenas vindos do sertão de Pernambuco e a conturbadas experiências vivenciadas ao longo da segunda metade do século XX. Durante a década de 1990, intensificaram processos de organização política na busca pelo reconhecimento perante o Estado brasileiro, por apresentarem diversas características culturais e históricas enquanto testemunhos de suas experiências, o que contribuiu para a consolidação da identidade étnica e para o acesso a algumas políticas públicas. Neste texto, analisamos esse processo histórico da busca pelo reconhecimento e as formas de representação, sobretudo as imagens e as narrativas, convertidas em táticas de resistência pelo grupo, considerado protagonista na relação com os órgãos estatais e a sociedade que os envolve. Os pressupostos metodológicos de Ginzburg e Alberti contribuíram para a análise dos documentos escritos, das narrativas orais e das fotografias. Além disso, apropriamo-nos dos conceitos de narrativa e experiência conforme Benjamin, representação a partir de Chartier e imagem segundo Samain, com o propósito de contribuir com a historiografia sobre os Kalankó. As discussões propostas e as análises realizadas se encontram nos campos da Antropologia Cultural e da História Cultural, a qual se preocupa não com as grandes narrativas ou erudições, mas com os cotidianos dos indivíduos e as construções históricas das culturas, um importante exercício de redução da escala de análise e de interdisciplinaridade.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. E-mail: viniciusalvesmendonca@hotmail.com.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Professor adjunto do curso de História da Universidade Federal do Alagoas - UFAL. E-mail: pedro.santana@delmiro.ufal.br.



Palavras-chave: Kalankó; Mobilizações; Sertão alagoano.

Abstract

The Kalankó indigenous people are one of the ethnic groups of Alto Sertão Alagoano, located in the rural area of the municipality of Água Branca, approximately 300 km from the capital Maceió. Its historical background is related to several migrations carried out by indigenous people from the hinterland of Pernambuco and the troubled experiences lived throughout the second half of the 20th century. During the 1990s, they intensified processes of political organization in the search for recognition by the Brazilian State, as they presented different cultural and historical characteristics as testimonies of their experiences, which contributed to the consolidation of ethnic identity and access to some public policies. In this text, we analyze this historical process of the search for recognition and the forms of representation, especially the images and narratives, converted into resistance tactics by the group, considered a protagonist in the relationship with state bodies and the society that surrounds them. The methodological assumptions of Ginzburg and Alberti contributed to the analysis of written documents, oral narratives and photographs. In addition, we appropriated the concepts of narrative and experience according to Benjamin, representation according to Chartier and image according to Samain, with the purpose of contributing to the historiography of the Kalankó. The proposed discussions and the analyzes carried out are in the field of Cultural History, which is concerned not with the great narratives or eruditions, but with the daily lives of individuals and the historical constructions of cultures, an important exercise in reducing the scale of analysis and interdisciplinarity.

Keywords: Kalankó; Mobilizations; Alagoas backlands.

Introdução

O grupo étnico Kalankó se localiza, predominantemente³, no município de Água Branca, Alto Sertão Alagoano, distante cerca de 300 km de Maceió, capital do estado. A formação histórica da população ocorreu a partir de migrações de indígenas Pankararu reunidos no antigo aldeamento missionário denominado Brejo dos Padres, localizado nas terras correspondentes aos atuais municípios pernambucanos de Tacaratu e Jatobá⁴. Os indígenas narram que duas famílias de sobrenomes Higino e Severo chegaram à região na zona rural de Água Branca no

³ Existem pequenas comunidades Kalankó consideradas “micro aldeias” e localizadas no território pleiteado e em regiões pertencentes ao município de Mata Grande, por exemplo.

⁴ ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo**: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – , PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.



final do século XIX e iniciaram uma pequena povoação que originou as atuais aldeias Januária, Lajeiro do Couro e Gregório.

Nesse sentido, este artigo analisa o processo de reconhecimento dos indígenas, iniciado na década de 1990, e algumas mobilizações relacionadas ao território considerado tradicional devido às relações sociais nele construídas⁵. Para tanto, realizamos pesquisas nos arquivos do grupo Antropologia Visual em Alagoas (AVAL/UFAL),⁶ e na Hemeroteca Indígena do projeto *Armazém Memória: um resgate coletivo da história*.⁷ Além disso, durante o mês de janeiro de 2023, revisitamos⁸ as aldeias Kalankó para a realização de entrevistas, embasadas nos paradigmas da História Oral segundo Alberti⁹, um complemento metodológico ao estudo documental norteado por Ginzburg¹⁰.

Nos âmbitos da teoria e da bibliografia, apropriamo-nos dos conceitos de Imagem a partir de Sammain¹¹, considerando esta uma expressão pública e vívida da realidade. Experiência e Narrativa de acordo com Benjamin¹², que propõe relação entre ambas e o narrador, espécie de “guardião” de informações. Além de

⁵ SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

⁶ Acervo formado por fotografias, vídeos, relatórios, registros jornalísticos e outros documentos sobre os povos indígenas de Alagoas. Encontra-se sob responsabilidade dos antropólogos Siloé Soares de Amorim e Silvia Aguiar Carneiro Martins.

⁷ Projeto coordenado por Marcelo Zelic, colabora para o desenvolvimento de políticas públicas no acesso a memórias históricas. Reúne diversos arquivos relacionados a povos indígenas e movimentos sociais.

⁸ As primeiras visitas ao território Kalankó ocorreram no final de 2017, sendo sucedidas por contatos estabelecidos a partir de pesquisas na região. Ver: MENDONÇA, Vinícius Alves de. **Corpos pintados e memórias compartilhadas: história e pintura corporal entre os indígenas Jiripankó – Alagoas**. 2021. Monografia (Graduação em História) – UNEAL, Palmeira dos Índios, 2021.

⁹ ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹¹ SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 21-36.

¹² BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.



autores como Amorim¹³, Herbetta¹⁴, Peixoto¹⁵, Arruti¹⁶ e outros que se inteiraram de aspectos atrelados aos Kalankó e demais povos dos sertões de Alagoas, Pernambuco e Bahia, aproximados historicamente em razão do aldeamento de Brejo dos Padres e do compartilhamento de características culturais. Esses pesquisadores ampliaram as informações sobre os indígenas e seu protagonismo na relação com a sociedade que os envolve e com eles manteve relações históricas conturbadas.

Experiências e narrativas

O Alto Sertão Alagoano, apesar de relacionado a elementos próprios ao sertanejo nordestino, alvo de diversas críticas em estudos contemporâneos devido às generalizações e estereótipos, é marcado por intensa diversidade cultural¹⁷. Os municípios de Água Branca, Pariconha, Delmiro Gouveia e Inhapi são espaços de sobrevivência dos grupos étnicos Kalankó, Katokinn, Karuazu, Jiripankó, Pankararu e Koiupanká, respectivamente. Estes se formaram a partir de migrações de indígenas Pankararu vindos do antigo aldeamento de Brejo dos Padres durante os séculos XIX e XX.

Esses indígenas constantemente mantêm relações em razão da origem comum e das mobilizações que protagonizam na busca por direitos previstos na constituição de 1988. Os Kalankó, por exemplo, iniciaram suas reivindicações após 1998, quando se apresentaram ao público e geral no evento conhecido como *Grande Festa do Ressurgimento*, um conjunto de atividades realizadas naquele ano. Estas,

¹³ AMORIM, Silóé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Maceió: Iphan-AL, 2017.

¹⁴ HERBETTA, Alexandre Ferraz. **A idioma dos índios Kalankó** – uma etnografia da música no alto sertão alagoano. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGA, UFSC, Florianópolis, 2006.

¹⁵ PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó** – Alagoas. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – PPGCR, UNICAP, Recife, 2018.

¹⁶ ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu**. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

¹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.



Tendo por base a pesquisa etnográfica, as narrativas rituais e promessas das “festas” e rituais, que celebram o reaparecimento ou ressurgimento, colocam os índios que compartilham estes eventos em interconexões com o tempo e o espaço em harmonia com valores étnicos coletivos. Estes, apresentados também para um público não índio, recriam interatividades e dinâmicas sociais que buscam situar, tanto índios, como não índios ali presentes, sobre as rupturas causadas pela desestruturação étnica – já amplamente exposto. De forma simbólica, tais narrativas, apesar de se darem em contextos espaciais diversos, rurais, urbanos ou semiurbanos, estão repletas de valores coletivos, tanto da parte indígena, como da população local, regional.¹⁸

Antes da aparição pública, encontravam-se na condição de silêncio, ocultando tradições na tentativa de evitar represálias de fazendeiros e discriminações de setores da sociedade água-branquense, desinteressados no protagonismo indígena¹⁹. Após o ressurgimento, passaram a participar das redes de relações com outros povos indígenas reconhecidos e em processo de reconhecimento. Buscavam, portanto, situar-se na convivência com a sociedade envolvente, superando a “desestruturação étnica”, que não obteve sucesso em eliminá-los.

Nesse sentido, a *Grande Festa do Ressurgimento* foi palco não apenas de uma “nova” identidade indígena no alto sertão, mas um espaço de difusão de narrativas contrárias ao silenciamento e ao desaparecimento indígena, recorrente em argumentos contrários aos indígenas do Nordeste²⁰. As narrativas importam à realidade Kalankó, pois “[...] O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”²¹. No caso, narrativas foram apresentadas pelos indígenas e, sobretudo, lideranças como o pajé Antônio Francisco dos Santos, descendente da família Higino²². A imagem a seguir apresenta um ângulo do ocorrido.

¹⁸ AMORIM, Siloé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Maceió: Iphan-AL, 2017. p. 123.

¹⁹ HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas**: modos de ser Kalankó. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) – PPGA, PUC, São Paulo, 2011.

²⁰ SILVA, Edson. **Xukuru**: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988. Recife: Editora UFPE, 2017.

²¹ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 201.

²² HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas**: modos de ser Kalankó. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) – PPGA, PUC, São Paulo, 2011.



Imagem 01 – Praiás na Festa do Ressurgimento Kalankó



Fonte: Acervo do grupo Antropologia Visual em Alagoas, AVAL/UFAL, 1998.

A fotografia, produzida durante a Grande Festa pela equipe do periódico maceioense *O Jornal*, que se dirigiu a Água Branca para retratar o ressurgimento daqueles “índios encantados”,²³ apresenta indígenas Kalankó vestidos tradicionalmente, exposição de uma identidade visual ao público formado por jornalistas, políticos, pesquisadores e outros interessados no grupo étnico. O Praiá, registrado na fotografia, apesar de comum ao universo religioso Kalankó, não lhe é exclusivo, uma vez que se originou no aldeamento de Brejo dos Padres. Tais indivíduos vestidos com roupas tecidas de fibras de caroá (*Neoglasiovia variegata*), espécie de arbusto comum à caatinga, representam os encantados, “[...] entidades espirituais ligadas aos antepassados que ainda em vida se transformaram em energia e, hoje, intervêm na comunidade a fim de auxiliar os sujeitos²⁴.

²³ Kalankós: uma tribo se revela. In: *O Jornal*. Maceió, julho de 1998. p. 4-5. Disponível no acervo do Antropologia Visual em Alagoas (AVAL).

²⁴ HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas**: modos de ser Kalankó. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) – PPGA, PUC, São Paulo, 2011. p. 14.



Há diversas versões quanto aos Praiá como seres sobrenaturais recorrentes entre os povos dos sertões de Alagoas, Pernambuco e Bahia. Embora os Kalankó os relacionem aos ancestrais que viveram em períodos imemoriais e à natureza. Contudo, a semelhança de origem prevalece em razão da ligação histórica com o antigo aldeamento, vinculando o grupo étnico aos Pankararu reunidos entre os séculos XVIII e XIX por missionários às margens do rio São Francisco²⁵. Aqueles povos descidos, oriundos de diversas áreas, compuseram a população do aldeamento e, a partir das migrações, formaram os Kalankó e demais grupos próximos.²⁶

Desse modo, no cenário da década de 1990, o evento público representou um lugar social diferenciado: indígenas ligados a Brejo dos Padres e de história de longa duração. O lugar emergente se estruturava nos elementos culturais – entre os quais os Praiás e os torés eram essenciais – e nas narrativas particulares à experiência Kalankó. Algo semelhante ao conceito proposto por Benjamin²⁷, as narrativas dos indígenas e de seus parentes mantêm conexão com as experiências vividas, sendo indissociáveis e responsáveis por uma espécie de “retroalimentação”. Por exemplo, Sebastião Santos, à época representante do povo Jiripankó na *Festa do Ressurgimento*, relatou ao *O Jornal* que

Os kalancós estão voltando. Eles precisam agora voltar à tribo Pankararus e se apresentar, se mostrar com seus nomes. De nossa parte não há mais dúvida. Os kalancós estão vivos e essas crianças agora têm uma identidade. São índios brasileiros do Nordeste, são as mais novas descobertas dos descendentes dos Pankararus que viviam escondidos deles mesmos.²⁸

O discurso da liderança sintetizou sua perspectiva acerca dos parentes localizados a poucos quilômetros do território Jiripankó. Legitimou a experiência do grupo étnico ao confirmar sua relação com os Pankararu. Além disso, reafirmou a condição de silêncio, pois “vivam escondidos”. Segundo Benjamin, a

²⁵ ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo**: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –, PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

²⁶ Os Kalankó se originaram principalmente das famílias Higino e Severo, embora outros núcleos menores tenham contribuído nesse processo. Os demais povos da região sertaneja se constituíram de forma semelhante conforme outros grupos migraram de Brejo dos Padres (Herbetta, 2006).

²⁷ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

²⁸ Kalancós: uma tribo se revela. *In*: O jornal. Maceió, julho de 1998. p. 5. Disponível no acervo do AVAL.



narrativa “[...] tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida”²⁹. Isso se evidencia no trecho da entrevista, visto que os Jiripankó e os Kalankó compartilharam um lugar social semelhante: perseguidos, buscavam reconhecimento, conseguido pelos Jiripankó em 1992, e direitos previstos na Constituição de 1988, principalmente.

O caráter político, contudo, não deslegitimou as narrativas porquanto foram vinculadas a experiências e estas originaram novas narrativas, posto que os ouvintes ou observadores, no caso da festa reproduziram e interpretaram as informações disponíveis. Quanto a isso, *O Jornal* publicou: “Kalancós: uma tribo nordestina vem à luz. Os índios ‘encantados’ que viviam escondidos no sertão alagoano assumem sua condição numa festa emocionante”.³⁰ O texto, manchete da edição, enfatiza o teor “encantado” dos indígenas que “viviam escondidos” até a “festa emocionante”, quando “se assumiram”. O periódico prosseguiu:

Uma tribo indígena ainda sem registro na Funai, descendente dos pankararus, viveu até agora disfarçada no sertão alagoano, sem revelar sua origem, por medo de perseguições e preconceitos dos brancos. São os Kalancós: os ‘índios encantados’, nativos do Nordeste e habitantes de uma área entre os municípios de Água Branca e Pariconha. O JORNAL presenciou no último sábado, com exclusividade, a festa em que os kalancós assumiram, com rituais sagrados e danças do Toré – que praticavam em segredo –, sua origem indígena. Agora eles tentarão ser reconhecidos pela Funai.³¹

O discurso divulgado corrobora com os posicionamentos dos indígenas, tanto no que se refere à origem histórica, quanto em relação às condições de sobrevivência ao longo de décadas. Na mídia regional, as narrativas se propagaram, mesmo que a partir das interpretações externas ao grupo étnico, então organizado e com o etnônimo Kalankó, oriundo de um processo semelhante ao vivido por outros povos, incluindo os Pankararu, cuja construção da memória

²⁹ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 200.

³⁰ Kalancós: uma tribo se revela. *In*: O jornal. Maceió, julho de 1998. p. 4-5. Disponível no acervo do AVAL.

³¹ Kalancós: uma tribo se revela. *In*: O jornal. Maceió, julho de 1998. p. 4. Disponível no acervo do AVAL.



[...] tem o efeito mesmo de desfazer a confortável unidade representada pelo próprio etnônimo, tornado designação oficial pelo órgão indigenista. Se na recriação da aldeia, a designação adotada oficialmente foi Pancarú (depois Pankararu), todos os mais velhos sabem que seu verdadeiro nome é “Pancarú Pancarú Geritacó Cacalancó Umã Tatuxi de Fulô”, onde cada um desses “sobrenomes” corresponde a uma das outras principais etnias que compuseram historicamente o grupo. A composição desses sobrenomes varia um pouco de depoimento para depoimento, mas o que importa reter é o próprio efeito e significado da existência dessa forma de compor, sob uma mesma unidade, a memória da diversidade³².

Portanto, a etapa seguinte ao ressurgimento se tratava da escolha do etnônimo, que necessitava representar a experiência histórica particular e também atestar a relação com o passado ancestral. Optaram, semelhante aos indígenas de Brejo dos Padres, reconhecidos na década de 1940, por uma derivação de antigos “sobrenomes” presentes nas memórias compartilhadas entre gerações. O Kalankó, assim, derivou do “Pancarú Pancarú Geritacó Cacalancó Umã Tatuxi de Fulô”, construção linguística que buscava expressar os vários grupos étnicos reunidos no aldeamento nos séculos anteriores. Novamente, percebe-se a preocupação narrativa em não abdicar do vínculo ancestral. Uma busca por representar as memórias comuns aos anciãos, evidenciando o protagonismo Kalankó, distante da passividade ante as intempéries do reconhecimento.

Imagens públicas e representações

As experiências baseiam as narrativas Kalankó, espécies de representações do que se viveu em Alagoas desde a chegada dos ancestrais vindos de Pernambuco. Quando se apresentaram publicamente em 1998, buscaram externar a sobrevivência a partir da narrativa histórica de formação da comunidade: famílias de Brejo dos Padres se estabeleceram na zona rural de Água Branca, ocultaram seus costumes e passaram a sobreviver nas relações com não

³² ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo**: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –, PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996. p. 33.

indígenas, sobretudo fazendeiros, devido aos trabalhos em fazendas da região³³. Naquele contexto, seguindo o exemplo de outros povos – o Jiripankó, o Tumbalalá, o Tingui-Botó etc. –, buscaram o reconhecimento e a implementação de direitos constitucionais: demarcação territorial, saúde e educação diferenciadas.

No processo, expuseram uma imagem pública enquanto indígenas e se destacaram da sociedade envolvente, que negava sua existência. A publicidade foi essencial, uma vez que difundiu as reivindicações e as experiências, inserindo aqueles indivíduos nas mobilizações cujos protagonistas

considerados *extintos* desde meados e fins do século XIX, a partir das primeiras décadas do século XX pressionaram as autoridades para obterem o reconhecimento oficial enquanto povos étnicos diferenciados. Nas tradições orais e em registros documentais sobre esses povos, encontramos relatos de viagens ao Rio de Janeiro, onde estava a sede do SPÍ (Serviço de Proteção ao Índio), de idas a sede da Funai em Brasília/DF, para solicitarem o direito à instalação de um Posto do órgão indigenista em suas áreas indígenas, o que significava o fortalecimento das mobilizações pelo reconhecimento estatal e a reconquista de suas terras tradicionais.³⁴

O ressurgimento Kalankó, constituído por intensa resistência e protagonismo do grupo étnico à medida que buscou diversas táticas de sobrevivência ante não indígenas, não era um “caso isolado” no Nordeste. Inseriu-se no conjunto de mobilizações pelo reconhecimento oficial, que envolvia os Tumbalalá, os Pipipã, os Jiripankó e demais populações de trajetórias históricas derivadas do conturbado processo de colonização, iniciado no século XVI³⁵. Contudo, o reconhecimento era intermediado pelo órgão responsável, que pouco se atentava às condições dos “índios misturados” da região³⁶.

³³ HERBETTA, Alexandre Ferraz. **A idioma dos índios Kalankó** – uma etnografia da música no alto sertão alagoano. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGA, UFSC, Florianópolis, 2006.

³⁴ SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. In: **Mneme**: revista de humanidades. v. 4, n. 7, fev./mar. 2003. p. 43.

³⁵ AMORIM, Silóé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Maceió: Iphan-AL, 2017.

³⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2^o ed. Maceió: Contra Capa Livraria/ LACED, 2004.



Até 1967, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) se responsabilizou pelos reconhecimentos, tutela³⁷ e tentativas de integração dos indígenas à sociedade nacional³⁸. Após o final da década de 1970, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passou a reconhecer, conferir assistência e acompanhar os povos³⁹. Ambas as gestões, apesar das diferenças temporais, reconheciam índios apenas aqueles considerados “puros” e “menos misturados”, casos dos povos das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Os grupos étnicos do Nordeste precisavam da intermediação mais veemente de organizações civis ou de mobilizações públicas de tamanha proporção que sua existência fosse considerada real.

Por isso a imagem pública importava aos Kalankó. Ao expor um lugar social indígena, conforme a mídia jornalística registrou, foi atraída a atenção da FUNAI, visto que apresentaram elementos considerados “diacríticos da identidade” desse grupo. Plumagens, vestimentas e o Toré eram buscados pelo órgão, perspectiva vigente desde o antigo SPI e que se estabeleceu de

[...] fora para dentro, uma regra de diferenciação, um grupo superior de tutela. O órgão do governo provocou através dessa determinação a direção em que o movimento indígena necessitaria recorrer em busca da ‘autenticidade’ étnica. Foram esses antecedentes históricos que influenciaram a prática do Toré, tornando-o, desta forma, categoria simbólica delimitadora dos índios do Nordeste⁴⁰.

Os indígenas possuíam uma alteridade na relação com a sociedade de Água Branca, marcada pelos Praiás e rituais íntimos realizados às escondidas devido às perseguições⁴¹. Todavia, interessava à FUNAI uma característica generalizante

³⁷ O SPI estabeleceu Postos Indígenas (PIs) nas terras das populações reconhecidas indígenas. Estes eram pensados enquanto “empresa de moralização dos sertões”, buscavam eliminar “vícios” e reduzir conflitos com a sociedade envolvente. A tutela, nesse sentido, era parte de uma política pública de tentativa de integração dos diferentes povos à sociedade nacional, suprimindo suas identidades ante a noção de brasileiros. Ver: PERES, Sidney. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2^o ed. Maceió: Contra Capa Livraria/LACED, 2004. p. 93-138.

³⁸ PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – PPGCR, UNICAP, Recife, 2018.

³⁹ ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações indígenas para trabalho em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFCG, Campina Grande, 2020.

⁴⁰ BARRETO, Juliana Nicolle Rebelo. **Corridas do Imbu: rituais e imagens entre os índios Karuazu**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGA, UFPE, Recife, 2010. p. 40.

⁴¹ AMORIM, Siloé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão**



que representasse os diversos grupos da região, considerados “menos puros” se comparados aos povos do Norte e Centro-Oeste⁴². O Toré, comum a algumas populações, estabeleceu-se como critério delimitador para que pudessem “autenticar” suas tradições e legitimar uma experiência diferenciada, primeiro passo no burocrático processo de reconhecimento e demarcação territorial.

Os Kalankó apresentaram esta característica em 1998 e continuaram a reproduzi-la nos anos seguintes, rememorando a sobrevivência ao órgão oficial e à sociedade envolvente, formada pela população do município de Água Branca. Ao tempo que o Toré ampliou as possibilidades de reconhecimento, concretizado em duas “etapas”, pois foram reconhecidos em 1998, afirmam, e oficialmente em 2003 com a publicização do *Relatório Antropológico de Identificação Étnica do Grupo Kalancó (AL)*, produzido pelo antropólogo Ugo Maia de Andrade⁴³.

O documento antropológico, elaborado pelo antropólogo contratado através do *Contrato de Consultoria n. 22/2002/FUNAI*, originou-se da pesquisa de campo no território Kalankó entre os dias 08 e 20 de maio de 2002, quando Ugo Maia de Andrade registrou apresentações dos Praiás, torés e realizou entrevistas com lideranças do grupo e de povos vizinhos, como o Jiripankó, o Karuazu e o Pankararu. O pajé Antônio F. dos Santos⁴⁴ lembrou, em entrevista, detalhes da pesquisa:

Naquela época, é porque a própria FUNAI tinha uma exigência, uma desconfiança sabe? Vou dizer assim uma desconfiança, o próprio Governo Federal tinha uma desconfiança por povo ressurgido, no caso né, que era um palavreado que, como o cabra diz, como se tivesse nascido naquele dia. Não respeitavam como se fosse um povo que já existia, era aquele negócio de ressurgido ali. Ai a gente passou essa temporada que você procurou, esses três ano de cobrança da FUNAI, para que a FUNAI só respeitava nós como povo adepois que enviasse um Antropólogo enviado por ela para que viesse fazer uma pesquisa de trabalho antropológico na aldeia de casa a casa, não era entrevistar e voltar, era família por família as entrevistas, que foi Ugo Maia

alagoano. Maceió: Iphan-AL, 2017.

⁴² OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2.º ed. Maceió: Contra Capa Livraria/ LACED, 2004. p. 13-42.

⁴³ ANDRADE, Ugo Maia de. Relatório Antropológico de Identificação Étnica Kalankó (AL). São Paulo: Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 2003. Disponível no acervo do ISA.

⁴⁴ SANTOS, Antônio Francisco dos. [13 de janeiro de 2023]. Aldeia Januária, Água Branca. Entrevista concedida a Vinícius Alves de Mendonça.



que veio fazer... justificou que era de São Paulo. Ele teve aqui mais nós, ficou aqui uma semana, fez todos os processo, ingirijiu até um serviço de chão, eu pratiquei para ele, ele foi quem fez até a despesa... mas ele queria ver, tirar a dúvida. E eu fiz isso até na casa do avô de Rodrigo, não foi nem no Gregório nem aqui, foi lá na casa de Edmilson, que é o avô de Rodrigo, que o Antropólogo ficou arranchado lá no Lajeiro do Couro. E ele ingirijiu, procurou se eu tinha capacidade de fazer, ‘não sei se você tá procurando a pessoa certa ou a errada, agora capacidade eu tenho de fazer porque não vou inventar, vou fazer o que eu sei fazer’. Ai ele comprou lá um adocicado, um açúcar, mandei lá fazer uma garapa, concentrei o ponto e fiz a obrigação normal conforme tem que fazer, não foi coisinha assim de uma amostra, fiz completo com força como qualquer trabalho para ele não levar dúvida com ele.

A desconfiança da FUNAI foi enfatizada pela liderança, uma vez que a vinda do antropólogo era considerada uma espécie de testemunho de autenticidade do reconhecimento iniciado em 1998. A população se auto reconhecia e era conhecida pela sociedade envolvente após a *Grande Festa do Ressurgimento*, apesar da ausência de respeito, destacou. Desse modo, intensificaram as cobranças de envio do profissional. Ugo Maia de Andrade se hospedou na residência do senhor Edmilson José da Silva na aldeia Lajeiro do Couro e acompanhou até mesmo um Serviço de Chão, interpretado enquanto “resposta” para “ele não levar dúvida com ele”. O Serviço de Chão ou Trabalho de Mesa se trata de

[...] ação que se dá pela invocação dos meios sobrenaturais mais profundos, quando as entidades espirituais, os Encantados, lhe informam qual o mal que acomete o doente e orientam ou realizam a cura diretamente por meios mágicos e pela força do Ejucá. O trabalho de mesa é uma atividade fechada, realizada na casa do curador ou no Poró e consiste na chamada dos Encantados para que estes realizem a busca pelo reforço espiritual necessário à cura; é nessa atividade que os Jiripankó acreditam que, através do Pajé e de outros rezadores da comunidade, acontece a orientação de Cura, como atividade singular da sua tradição. Tal crença, segundo eles, é a base da sua existência, força e continuidade étnica⁴⁵.

⁴⁵ PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – PPGCR, UNICAP, Recife, 2018. p. 151-152.



Assim, o íntimo ritual se tratava de uma continuidade étnica na relação com os encantados, responsáveis por orientações e curas. Peixoto⁴⁶, retrata a prática entre os Jiripankó, porém ela se aplica aos Kalankó com os quais mantêm relacionamentos históricos e de parentesco. A atividade complementou a identidade dos indígenas de Água Branca, exposta nos torés, realizados seja na comunidade, seja fora dela nas mobilizações que antecederam a chegada do antropólogo, enfatizou o pajé Antônio Francisco, pois

Então foi o primeiro passo para nós tirar a... e isso para acontecer, eu não sei se tá nas história, mas para acontecer a vinda desse antropólogo para aqui foi preciso nós ocupar o prédio da FUNAI, não só Kalankó como o pessoal de Campinhos, Pariconha e do Inhapi. E a gente deu um total de cem pessoas entre outros lá da região que á já tava não como ocupação, mas que naquela época tinha chance de ficar... eles tavam na escola, palácio... reivindicando outras coisas. E nós foi cobra a vinda dessa pessoa porque tava dentro desse tempo todinho que a gente cobrava e só vinha promessa de papel e nunca acontecia de chegar. Nós demos um prazo de quinze dias para a pessoa tá aqui dentro. Então aconteceu, a gente foi atendido, essa parte que nós passamo dia nos treze foi que a gente veio embora, defumamo lá por todo quarto, não tinha cachimbo, nós fumava lá dentro da sala dos administrador...⁴⁷

Aproximadamente cem pessoas estiveram presentes na mobilização inicialmente destinada a pautas diversas. Após negociações, os povos do Alto Sertão acordaram o prazo de quinze dias para a realização das pesquisas que subsidiaram o *Relatório Antropológico de Reconhecimento Kalankó* e o equivalente documento dos Karuazu, grupo étnico vizinho, localizado no município de Pariconha⁴⁸. Ambos os reconhecimentos foram permeados pelas reivindicações e apresentações públicas, pautadas em elementos considerados diacríticos da identidade tanto na perspectiva do órgão oficial quanto dos indígenas.

Os Kalankó se opuseram à “promessa de papel” e se organizaram para ocupar o prédio da FUNAI, conforme registrou a manchete do *Jornal Gazeta de*

⁴⁶ PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume**: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – PPGCR, UNICAP, Recife, 2018.

⁴⁷ SANTOS, Antônio Francisco dos. [13 de janeiro de 2023]. Aldeia Januária, Água Branca. Entrevista concedida a Vinícius Alves de Mendonça.

⁴⁸ BARRETO, Juliana Nicolle Rebelo. **Corridas do Imbu**: rituais e imagens entre os índios Karuazu. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGA, UFPE, Recife, 2010.



Alagoas: “Povos indígenas acampados na sede do órgão lutam pela demarcação das terras situadas em Pariconha e Água Branca”.⁴⁹ Permaneceram na ocupação certo tempo, apesar da insalubre estadia, lembrou a senhora Helena Santana da Conceição: “[...] fui para Maceió com três menino pequeno dentro de Maceió num sofrimento temeroso, meu filho, em Maceió. Fomos uma vez nós passamos oito dia com três menino pequeno, um tinha três ano, a outra tinha dois ano e o outro tinha um ano e dois meses”⁵⁰. As dificuldades se destacaram no relato acerca da importante reivindicação após a publicidade de 1998, marcada por apresentações como a registrada a seguir.

Imagem 02 – Toré Kalankó



Fonte: Acervo do grupo Antropologia Visual em Alagoas, AVAL/UFAL, 2000/2002

Realizados no cotidiano e em visitas de terceiros, os torés se converteram na principal representação de experiência e pertencimento ao agregarem a comunidade na performance, a exemplo do registrado acima, realizado em uma das aldeias Kalankó antes da elaboração do relatório. Os minutos após o ritual dos Praiás, este que não envolve a população diretamente em função da “abertura” do Terreiro, quando os

praiás são protagonistas, as rodas são compostas por uma fileira de *praiás* e por um *praiá* que segue em direção oposta a ela e que tem o papel de controlar e cuidar para que nada de negativo entre

⁴⁹ Povos indígenas acampados na sede do órgão lutam pela demarcação das terras situadas em Pariconha e Água Branca. In: Gazeta de Alagoas. Maceió. Abril de 2001.

⁵⁰ CONCEIÇÃO, Helena Santana da. [13 de janeiro de 2023]. Aldeia Januária, Água Branca. Entrevista concedida a Vinícius Alves de Mendonça.



no *terreiro*. Este, antes de qualquer ritual, precisa ser *aberto e encruzado*⁵¹, isto é, limpo de qualquer impureza. É necessário também fechá-lo quando o ritual chegar ao fim, do contrário, algo negativo poderá acontecer⁵².

Passou a ser dedicado ao Toré, pois, fechado o terreiro, o público adentrava o espaço sagrado e expressava seu pertencimento e reivindicações. No centro da fotografia (Imagem 02), sob a estrutura de palhas, um indivíduo fotografa a atividade. Trata-se, pois, de uma imagem pública, cujos protagonistas a utilizaram para manifestar a identidade e reivindicar demandas, sobretudo a demarcação territorial. Dessarte, consideramos os torés, Praiás e demais elementos culturais Kalankó “instituições sociais” próprias ao grupo étnico, espécies de

[...] categorias mentais e de representações colectivas as demarcações da própria organização social [...] O que leva a seguidamente a considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas – mesmo as representações colectivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos – que têm por objectivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua⁵³.

As práticas culturais se caracterizam como representações coletivas associadas a memórias compartilhadas ao longo das gerações⁵⁴. Incentivaram, portanto, discursos e ações diferenciadas que conferiram sentido à realidade nas aldeias Lajeiro do Couro, Januária e Gregório e, conseqüentemente, representaram o grupo étnico nos espaços públicos, distinguindo-o da sociedade envolvente. Através desta imagem – constituída pelo Toré e adereços –, externalizaram uma identidade diferenciada e organizaram mobilizações, a

⁵¹ Encruzar o terreiro significa interdita-lo ao público à medida que os Praiás se apresentam. Religiosamente, esse processo se repete no início dos rituais, convertendo o espaço em área de domínio dos encantados. Ao final, também há encruzamentos para “fechar” o terreiro “aberto” (Peixoto, 2018).

⁵² MURA, Claudia. “**Todo mistério tem dono!**”: ritual, política e tradição de conhecimento entre os Pankararu. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012. p. 300.

⁵³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002. p. 18.

⁵⁴ ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo**: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – , PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.



exemplo da ocupação da FUNAI no início dos anos 2000, lembrada pelo pajé Antônio Francisco.

Realidade social e mobilizações

A realidade social nas aldeias que compõem o território Kalankó é marcada pela sobrevivência de mais de cem famílias em meio à caatinga e às relações de trabalho estruturadas na agricultura familiar e na criação de pequenos animais. Nesse contexto, o clima semiárido predomina e o cotidiano dos indígenas se organiza através de táticas de convivência e subsistência onde

O solo é raso e pedregoso e a vegetação é dura e seca, conservando um pouco de umidade em seu interior. A região possui ainda uma pequena rede de drenagem, os mínimos rios existentes sendo em sua maioria sazonais. Nesta paisagem, o Rio São Francisco é um oásis, pois irriga grandes áreas da caatinga, transformando suas margens num solo fértil. Este setor faz parte ainda da área do polígono da seca, denominação político-administrativa que delimita o território onde se dá o fenômeno da seca, o que a configura como uma das regiões mais miseráveis do Brasil, 'sujeita a uma geografia humana tão sofrida, comumente ignorada pelas elites insensíveis de nosso país' (: 143). O IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios – de Água Branca, por exemplo, deixa isso claro. De 1991 a 2000 este índice variou de 0,486 a 0,597, ambos apontando para média e baixa qualidade de vida⁵⁵.

O reduzido IDH-M, que não evoluiu na primeira década do século XXI – quantificado em 0,549 até 2010⁵⁶ – reflete-se no cotidiano difícil, no qual o acesso a recursos básicos como a água, torna-se uma peleja de racionamento. Desse modo, é inteligível o engajamento nas mobilizações protagonizados pelos povos reconhecidos de Alagoas, chegando a ocupar a sede da FUNAI, na busca de direitos e benefícios para a localidade carente de recursos e políticas públicas. O território Kalankó, principal motivo das reivindicações, estruturou-se a partir de relações sociais e experiências, um processo iniciado

⁵⁵ HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas**: modos de ser Kalankó. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) – PPGA, PUC, São Paulo, 2011. p. 31.

⁵⁶ Cidades e Estados. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/agua-branca.html> Acesso em 14 de janeiro de 2023.



[...] quando um grupo social se apropria de um terminado espaço, não só o transforma num espaço social que exprime essa sociedade particular, a partir do uso que lhe destina, como constrói um espaço-tempo que é diferente daquele que outra sociedade teria podido construir; esses espaço-tempo é uma manifestação da racionalidade do movimento nessa sociedade. Assim, apropriar-se de um espaço é reconstruir sua lógica temporal, é reativar um mecanismo de articulação entre tempo e espaço, diferente do anterior⁵⁷.

Ao longo das décadas, desde que os ancestrais chegaram à região, os então Pankararu – depois Kalankó, a partir de 1998 – destinaram usos particulares ao espaço na zona rural de Água Branca. Para além da sobrevivência material, a sobrevivência dos ancestrais e, posteriormente, dos próprios indígenas se organizou em torno também de práticas culturais que dependem da caatinga, principalmente. Chás, banhos com ervas e curas atribuídas à religião são exemplos desse processo religioso que contribui na resistência daquela população, amenizando as dificuldades. A senhora Jardilina Maria da Silva, liderança religiosa com amplo conhecimento dos tratamentos tradicionais, informou em entrevista que

Olhe, de primeiro ninguém não andava em hospital. Todo problema a gente se curava aqui, que eu tinha minha avó, tinha meu tio que eles quem trabalhavam mais com os encantados era eles e depois Antônio Preto, meu irmão ali... Ai doente aqui ninguém andava em hospital não, o tratamento deles aqui era só com os encantado⁵⁸.

Na ausência de hospitais próximos, déficit de políticas públicas que contribuiu para o reduzido IDH-M, os encantados supriram a necessidade de tratamentos de saúde. O pajé Antônio Francisco dos Santos e o cantador⁵⁹ Edmilson José da Silva, respectivamente primo e irmão da entrevistada, foram citados na qualidade de indivíduos responsáveis pelas orientações e tratamentos. Até meados de 2011, quando foi inaugurada a atual Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) responsável pelo atendimento de saúde especializado no

⁵⁷ NICOLAS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 86.

⁵⁸ SILVA, Jardilina Maria da. [14 de janeiro de 2023]. Aldeia Lajeiro do Couro, Água Branca. Entrevista concedida a Vinícius Alves de Mendonça.

⁵⁹ Função exercida por diversos Kalankó, é responsável pela coordenação dos Praiás durante os rituais, entoando cânticos tradicionais sob o ritmo dos maracás.



território, os conhecimentos tradicionais predominavam enquanto formas de saúde, ao ponto que a senhora Jardilina Silva⁶⁰ fez

[...] muito banho para as pessoa, fiz chá também, tinha umas pessoas que eles passavam para eu fazer o banho, tinha umas pessoa que era três banho só, tinha outras que era nove, era assim, outras era cinco, conforme o problema da doença, porque tem uns problema que é de um jeito e tem outros que é de outro. Só que mais para trás tinha muito remédio, tudo que o cabra procurava o cabra encontrava e agora tá meio raro, viu, do cabra arrumar remédio, é de o cabrar rodar um bocadinho para arrumar. Tem muitos que nem aqui tem mais, não sei por que né. Eu acho que é porque desmataram um mocado de... um mocado de árvore, porque se não tivesse desmatado um mocado de árvore eu acho que os remédio tava quase tudinho aí, que a gente só acha remédio mais onde tem mata, onde tem mata a gente acha ainda, mas por aqui mesmo tem mais é pouco.

No relato, o desmatamento da caatinga é um dos principais motivos para a escassez de medicamentos naturais na área central do território, estando “meio raro”. As serras no entorno dos espaços povoados e das fazendas, pertencentes a pequenos e grandes proprietários, são os principais âmbitos onde os Kalankó buscam as matérias primas necessárias aos tratamentos, afirmam. Além disso, nos locais de maior concentração de “mata”, existem importantes finalidades religiosas, pois os encantados “[...] são espíritos ancestrais que habitam as serras da região e protegem as aldeias, comunicando-se com os seres humanos através dos sonhos ou manifestando-se em algumas pessoas que possuem o dom e o preparo para essa ação”⁶¹.

Esse complexo religioso alicerçado em curas, encantados e caatinga organiza a realidade social Kalankó, indissociável do território compreendido enquanto junção de espaço, pessoas e práticas culturais⁶². A prosperidade da comunidade é associada, desde tempos ancestrais, ao sobrenatural, fortalecedor

⁶⁰ SILVA, Jardilina Maria da. [14 de janeiro de 2023]. Aldeia Lajeiro do Couro, Água Branca. Entrevista concedida a Vinícius Alves de Mendonça.

⁶¹ PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó** – Alagoas. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – PPGCR, UNICAP, Recife, 2018. p. 83-83.

⁶² OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2^o ed. Maceió: Contra Capa Livraria/ LACED, 2004. p. 13-42.



– e motivo – das mobilizações realizadas após o reconhecimento⁶³. Portanto, as dificuldades contribuíram para o sentimento de comunidade existente entre os indivíduos de origem comum: famílias Higino e Severo, migrantes no século XIX. A generosidade, por exemplo,

[...] é vista como uma ação importante para a vida na caatinga. Ela está relacionada também à ideia de grande família já discutida anteriormente. Algumas condutas são derivadas dela e muito valorizadas entre os sujeitos da comunidade. A colaboração na roça do primo, por exemplo, é sempre comum e bem vista, mesmo entre aqueles que têm alguma rixa política⁶⁴.

Sentimento comum aos indígenas, explica a sobrevivência apesar das limitadas terras de cultivo. A fome se fez – e faz – presente na realidade social, contudo as táticas de resistência da comunidade se elaboram a partir da comunhão ritual, durante as apresentações dos Praiás ou curas, ou familiar: uma definição de família extensa que engloba o conceito de “primo”, um aglomerado de vizinhos, parentes distantes, e visitantes. Então, enquanto se realizavam mobilizações fora da comunidade, os indígenas sobreviviam nas condições descritas, motivadoras de novas reivindicações.

Dado o contexto e a morosidade do processo de demarcação, esperança Kalankó para a preservação ecológica do território, promoveram uma outra tática de defesa das terras consideradas tradicionais: as retomadas. Em 2008, protagonizaram a primeira – e até o tempo presente única – retomada territorial, derrubando cercas de uma área próxima à aldeia Januária e ocupando o espaço que outrora pertenceu aos seus ancestrais, afirmaram. Esse ato influenciou na configuração política, ideológica e social do município⁶⁵, provocando discursos e atritos, denunciados pelos indígenas no acampamento improvisado na mobilização, registrada nas fotografias a seguir.

⁶³ HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas**: modos de ser Kalankó. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) – PPGA, PUC, São Paulo, 2011.

⁶⁴ HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas**: modos de ser Kalankó. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) – PPGA, PUC, São Paulo, 2011. p. 276.

⁶⁵ SANTOS, Luan Moraes dos. **Os Xukuru-Kariri e as elites**: história, poder e conflito territorial em Palmeira dos Índios-AL (1979-2015). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFAL, Maceió, 2019.



Imagem 03 – Retomada na Januária



Fonte: Documentário Povo Kalankó, 2008.

Imagem 04 – Retomada na Januária

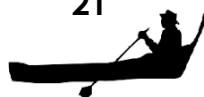


Fonte: Documentário Povo Kalankó, 2008.

Retratos da retomada, a imagem 03 apresenta a localização das barracas de lona e revela a vegetação, esverdeada no fértil solo devido ao período de chuvas. Ocorrida nas terras de um fazendeiro local, a ação Kalankó não foi bem vista, motivando ameaças diversas⁶⁶. Por isso buscaram apoio de povos vizinhos e de terceiros interessados na retomada. A imagem 04 expõe as mídias presentes na mobilização. Um dos indígenas utiliza uma filmadora para registrar o toré. Pesquisadores do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC) e de outras universidades, bem como do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), acompanharam a ocupação que perdurou por meses, apesar das represálias do fazendeiro, citadas pelo cacique Paulo Antônio dos Santos:

A gente vê um fracasso pela parte do governo. Politicamente funciona dessa forma. A gente conhece nosso estado brasileiro como funciona a questão política, mas eu já disse aos parente que aqui se encontram que não é tempo de nós cansar ainda, não é tempo da gente se dar por convencido, que a gente estamos cansados, não dá enfrentar a luta. Vamos fazer das tripas coração e vamos pensar melhor todo mundo junto e vamos botar o barco para frente com todas as ameaças que nós tamos passando aqui, riscos correndo nós e nossas crianças, nossas mulheres, todo mundo que estamos aqui, mas eu acho que nós tem que se juntar, dar as mãos e brigar agora contra o governo, não brigar contra o fazendeiro, mas brigar contra o governo para que o governo tome as novas providência... e reconheça a terra e demarque, deixe a nossa terra legalizada, com garantia principalmente, porque se

⁶⁶ HERBETTA, Alexandre Ferraz. **A idioma dos índios Kalankó** – uma etnografia da música no alto sertão alagoano. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGA, UFSC, Florianópolis, 2006.



demarcar a terra e não der garantia para proteger não tem, não vale, então é isso que eu tenho para dizer para nós que estamos aqui nessa boca de noite ao redor dessa fogueira, que a luta não termina por aqui, a luta começa por aqui e a luta da terra, a luta indígena, ela não termina, ela inicia.⁶⁷

Na narrativa, critica o Estado devido às políticas distantes da efetiva demarcação territorial e destaca o sentimento de comunhão e generosidade da população envolvida na retomada, pois, se necessário, “vamos fazer das tripas coração” para melhorar as condições de sobrevivência, destacou a liderança. Relatou, ainda, os perigos daquele tenso contexto e a morosidade do governo na defesa do território, tão necessário às questões cotidianas e rituais descritas. Finaliza lembrando que a “luta não termina por aqui” à proporção que, apesar desta e outras mobilizações, o território seguiu sem demarcação⁶⁸.

A retomada perdurou e as terras seguiram no usufruto indígena, baseado na agricultura familiar, ainda que na liminaridade jurídica, sem demarcação. Portanto, os relacionamentos entre Estado, Kalankó e não indígenas se alicerça em constantes tensões, sobretudo quando relacionadas às terras pleiteadas e à burocracia. Em resposta, embasada nas urgentes demandas cotidianas, organizaram mobilizações para reivindicar questões territoriais, de saúde e de educação, ainda deficientes nas aldeias Januária, Gregório e Lajeiro do Couro, apesar das conquistas recentes, como a UBSI, e a construção de caixas d’água e residências, seja através de políticas públicas, seja por meio de parcerias com organizações civis como o CIMI e a Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios, braços da ação missionária católica que manteve constante atuação entre os indígenas desde o reconhecimento.

Considerações finais

As narrativas se relacionam às experiências dos indígenas no processo de formação histórica do grupo étnico, iniciado em meados do século XIX e marcado por inflexões como a *Grande Festa do Ressurgimento*, em 1998, e as mobilizações

⁶⁷ Entrevista concedida pelo cacique Paulo Antônio dos Santos ao documentário *Povo Kalankó*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AoX12EG9hhk>.

⁶⁸ AMORIM, Siloé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Maceió: Iphan-AL, 2017.



no início do século XXI. Assim, os Kalankó ancoram a identidade étnica nas práticas culturais e nas experiências, legitimadoras do lugar social que ocupam na zona rural de Água Branca, apesar das represálias e violências vivenciadas outrora nos períodos de silêncio. As imagens públicas contribuem no processo de mobilização ao expor aspectos da identidade com objetivo de alcançar demandas necessárias à sobrevivência material e ritual. Por isso, ocupações, por exemplo, a realizada na cede da FUNAI, demonstram uma tática própria aos indígenas e aos demais povos de Alagoas.

O território Kalankó, marcado por diversas relações entre indivíduos, espaço físico e práticas culturais, trata-se do motivo principal das reivindicações e a demarcação tem sido almejada desde o reconhecimento oficial e a publicização do *Relatório de Identificação do Grupo Étnico*, ocorrida em 2003. Contudo, entraves burocráticos se estabeleceram ao longo dos anos, o que motivou a organização Kalankó com intuito de retomar a área localizada próxima à aldeia Januária, ação amplamente registrada por terceiros. Portanto, entendemos os Kalankó enquanto protagonistas nas relações estabelecidas com órgãos oficiais, organizações civis e sociedade água-branquense. Há, pois, uma conexão entre a realidade social – marcada pela resistência na região do alto sertão – e as mobilizações, cujos principais objetivos se relacionam diretamente às demandas das dezenas de famílias moradoras das aldeias Januária, Gregório e Lajeiro do Couro.

Data de submissão: 23/11/2023

Data de aceite: 24/04/2024

Fonte oral

CONCEIÇÃO, Helena Santana da. [13 de janeiro de 2023]. Aldeia Januária, Água Branca. Entrevista concedida

SANTOS, Antônio Francisco dos. [13 de janeiro de 2023]. Aldeia Januária, Água Branca. Entrevista concedida a

SILVA, Jardilina Maria da. [14 de janeiro de 2023]. Aldeia Lajeiro do Couro, Água Branca. Entrevista concedida a

Referências



ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

AMORIM, Siloé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Maceió: Iphan-AL, 2017.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo**: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – , PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

BARRETO, Juliana Nicolle Rebelo. **Corridas do Imbu**: rituais e imagens entre os índios Karuazu. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGA, UFPE, Recife, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas**: modos de ser Kalankó. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) – PPGA, PUC, São Paulo, 2011.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. **A idioma dos índios Kalankó** – uma etnografia da música no alto sertão alagoano. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGA, UFSC, Florianópolis, 2006.

MENDONÇA, Vinícius Alves de. **Corpos pintados e memórias compartilhadas**: história e pintura corporal entre os indígenas Jiripankó – Alagoas. 2021. Monografia (Graduação em História) – UNEAL, Palmeira dos Índios, 2021.

MURA, Claudia. **“Todo mistério tem dono!”**: ritual, política e tradição de conhecimento entre os Pankararu. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

NICOLAS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 85-101.



OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2º ed. Maceió: Contra Capa Livraria/ LACED, 2004. p. 13-42.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume**: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – PPGCR, UNICAP, Recife, 2018.

PERES, Sidney. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2º ed. Maceió: Contra Capa Livraria/ LACED, 2004. p. 93-138.

POMPA, Cristina Maria. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS, UNICAMP, Campinas, 2001.

ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri**: migrações indígenas para trabalho em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFCG, Campina Grande, 2020.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. *In*: SAMAIN, Etienne (Org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 21-36.

SANTOS, Luan Moraes dos. **Os Xukuru-Kariri e as elites**: história, poder e conflito territorial em Palmeira dos Índios-AL (1979-2015). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFAL, Maceió, 2019.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

SILVA, Edson. **Xukuru**: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988. Recife: Editora UFPE, 2017.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. *In*: **Mneme**: revista de humanidades. v. 4, n. 7, fev./mar. 2003. p. 39-46.

